

1 ATA DA 23ª REUNIÃO CONJUNTA DA DIRETORIA E CÂMARA TÉCNICA DE
2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO E LEGAL DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO
3 MÉDIO PARAÍBA DO SUL – CBH-MPS DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, realizada no dia
4 29 de janeiro (segunda-feira) na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro –
5 FIRJAN, situada à rua 156-A, nº 220, Laranjal – Volta Redonda/RJ, com a seguinte ordem do
6 dia: **Item 1: Abertura; Item 2: Aprovação da ata da 22ª Reunião Conjunta de Diretório e**
7 **CT; Item 3: Apresentação e aprovação do Planejamento do CBH-MPS 2018; Item 4:**
8 **Aprovação do calendário dos cursos; Item 5: Apresentação e aprovação da minuta de**
9 **Resolução do Programa Pró Formação MPS; Item 6: Apresentação e aprovação do Edital**
10 **para instituições de Ensino do Programa Pró Formação - Capacitação do CBH-MPS; Item**
11 **7: Apresentação e aprovação da minuta de Resolução do Programa Pró Pesquisa MPS;**
12 **Item 8: Definição de 3 linhas de pesquisa para o Pró Pesquisa MPS; Item 9: Aprovação**
13 **do Edital Pró Pesquisa PMSB; Item 10: Apresentação e aprovação do Projeto**
14 **Experimental “Águas do Cachimbal” em parceria com o Ministério da Agricultura; Item**
15 **11: Aprovação do Regulamento do III Concurso de Projetos de Boas Práticas**
16 **Ambientais; Item 12: Criação do GT para elaboração do diagnóstico das necessidades de**
17 **Comunicação do Comitê; Item 13: Oficina de cobrança; Item 14: Apresentação e**
18 **aprovação do projeto/campanha de prevenção queimadas (Aprovação do Edital de**
19 **Chamamento); Item 15: Apresentação da minuta de Resolução que aprova o Relatório do**
20 **RX do Esgotamento Sanitário; Item 16: Aprovação da minuta de Resolução de criação do**
21 **GT de Educação Ambiental; Item 17: Definição de data para o Boletim Digital; Item 18:**
22 **Pré Fórum: como vai funcionar; Item 19: Debate sobre a comemoração de 10 anos do**
23 **CBH-MPS; Item 20: III Simpósio Água Boa - definir programação; Item 21: Definição da**
24 **pauta da reunião plenária; Item 22: Aprovação da destinação do recurso para montagem**
25 **do auditório; Item 23: Assuntos Gerais; Item 24: Encerramento; Item 1: Abertura: O**
26 presidente Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ), deu início a reunião desejando um feliz ano
27 novo, dizendo que espera que o ano de 2018 seja de muito trabalho. O presidente aproveitou a
28 oportunidade para apresentar os novos estagiários, o Sr. Saulo Araújo estudante de
29 engenharia ambiental do UniFOA e Keyla Barreto estudante do curso técnico de administração
30 do IFRJ de Pinheiral. Arimathéa explicou a necessidade de ter os estagiários para dar suporte
31 na estrutura para o funcionamento do Comitê; **Item 2: Aprovação da ata da 22ª Reunião**
32 **Conjunta de Diretório e CT;** Após a leitura da ata, foram realizadas algumas alterações e
33 complementações. Em seguida a ata foi aprovada; **Item 3: Apresentação e aprovação do**
34 **Planejamento do CBH-MPS 2018;** A Sra. Roberta Abreu (AGEVAP UD1), explicou que o
35 planejamento está dividido em demandas técnicas (projetos) e demandas administrativas. A
36 coordenadora explicou que foi definido quais as ações o Comitê pretende realizar durante o
37 ano e, de acordo com ela, o primeiro formatado foi a criação do programa PRÓ-FORMAÇÃO



38 Médio Paraíba do Sul. Roberta disse que dentro desse programa terão duas linhas de atuação.
39 E informou que o PRÓ-FORMAÇÃO está vinculado aos treinamentos que o Comitê definiu no
40 Caderno de Treinamentos para capacitação, como por exemplo o curso de comunicação que
41 os membros participaram. Arimathéa explicou que a ideia do PRÓ-FORMAÇÃO é abrir editais
42 para as instituições de ensino, para que as instituições forneçam a capacitação ao Comitê.
43 Roberta informou que não será eliminada a possibilidade de realização de licitação para que
44 seja contratada uma empresa para realização de um curso, porém ela informou que terá uma
45 linha de contratação via ato convocatório e outra que será através de edital, no qual as
46 instituições poderão se candidatar. A Sra. Flávia A. C. Pires (Indústrias Nucleares do Brasil-
47 INB), disse que seria interessante dar uma revisada no que foi planejado pelo Comitê, e
48 também olhar o que o Procomitês exige como treinamento básico obrigatório. A Sra. Roberta
49 disse que isso já está contemplado na planilha. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A
50 Nossa Vida.), disse que a proposta do Arimathéa é que o curso para atender ao Procomitês
51 seja realizado três vezes ao ano, considerando que a capacitação deve ser desenvolvida em
52 até 120 dias da posse dos membros. A secretária disse que, em seu entendimento, executando
53 o curso apenas uma vez ao ano já atenderia e excederia o exigido no Procomitês, pois,
54 segundo ela, o Comitê tem posse uma vez na gestão. Se executasse o curso uma vez ao ano,
55 já proporcionaria a participação dos novos membros. Segundo Vera, a posse dos novos
56 membros é realizada ao longo do ano e não simultaneamente. A Sra. Roberta explicou aos
57 membros que a proposta do Procomitês é que em até 120 após a posse do membro, o mesmo
58 tem que passar por uma capacitação. A coordenadora explicou que durante uma reunião com
59 Arimathéa ficou decidido que três capacitações por ano seria ideal, já que entrando novos
60 membros, teriam que participar da capacitação também. A proposta da Sra. Vera Lúcia é que
61 tenha uma data fixa para a realização do curso e que assim será reduzido custos. De acordo
62 com ela, como o prazo é de 120 dias, o curso pode ser realizado todo ano no mês de junho. Os
63 membros que entrarem a partir do mês, aguarda o próximo ano para capacitar. O presidente
64 informou que sua proposta como representante do IFRJ é que a capacitação vire um curso de
65 extensão do Instituto e que seja aplicado três vezes ao ano. Arimathéa explicou que ele como
66 representante do IFRJ pode oferecer o curso e fazer essa capacitação não apenas para o
67 Médio Paraíba, mas também para todos os Comitês do Estado. O presidente garantiu que a
68 preocupação é de que o Comitê não consiga cumprir às obrigações do Procomitês e,
69 posteriormente, ser punido por não cumprir os prazos. A Sra. Flávia A. C. Pires (Indústrias
70 Nucleares do Brasil-INB), disse que na INB tem diversos treinamentos obrigatórios e de acordo
71 com ela os próprios funcionários aplicam a capacitação. Segundo a vice-presidente esses
72 treinamentos não tem custos e são rápidos. Flávia explicou que ao final da capacitação os
73 participantes realizam uma prova online. A proposta da vice-presidente é que o escritório
74 técnico UD1 realize essa capacitação. A Sr. Arimathéa disse que como professor, pensa que é



75 melhor que uma instituição de ensino aplique esse curso para dar a certificação. O Sr. Willian
76 Bernardo C. de Souza (P.M. Paty do Alferes), disse que internamente seria interessante ter
77 esse treinamento sendo ministrado pelo escritório técnico e pontualmente dentro de alguma
78 necessidade de atuação do Comitê seja realizada a capacitação externa por ato ou edital.
79 Vera disse que é mais fácil conseguir fazer o curso uma vez por ano na instituição que for
80 conveniente, e para as pessoas que forem entrando aos poucos, que seja organizado um grupo
81 para reunião, repassando o mesmo que foi passado aos membros. Flávia disse que percebeu
82 durante uma visita à Agência Nacional das Águas – ANA, que existem pessoas fazendo parte
83 do Comitê e que não sabem qual é o trabalho desenvolvido. A vice-presidente disse que uma
84 coisa que acontece dentro do Comitê quando um curso é contratado, na hora há
85 consentimento de todos, mas na hora da aplicação do curso os mesmos não vão. O presidente
86 informou que dentro do programa se o membro não tiver a capacitação ele não poderá
87 participar como membro. A Sra. Vera solicitou que fosse definido se será um curso por ano, ou
88 aceitar a sugestão do presidente que seria necessário três por ano. A secretária frisou sua
89 opinião, segundo ela, por conta da falta de recurso seria melhor aplicar apenas uma
90 capacitação em julho para os membros que tomam posse em março e para os que entram
91 alternados fica com a capacitação do escritório de projetos. A Sra. Flávia falou que pode haver
92 um meio termo, realizando o curso uma vez por semestre. A vice-presidente disse que seria
93 interessante que o Comitê viesse com uma resolução para ser votada, para que esse curso
94 seja obrigatório para todos os membros mesmo os antigos. O Sr. Leonardo Guedes (AGEVAP
95 UD1), informou que a ANA já obriga a fazer esse curso para atender a proposta do Procomitês.
96 Arimathéa disse que o fato da capacitação ser uma exigência formalizada do Procomitês, o
97 Comitê acaba se prendendo muito a esse ponto. Para o presidente o curso sendo realizado
98 duas vezes ao ano, uma boa opção é que ele seja aberto ao público, pois uma das
99 características do trabalho do Comitê é conscientizar quem está do lado de fora, para que eles
100 conheçam o que é um Comitê e que mais na frente se interessem e venha fazer parte.
101 Arimathéa sugeriu que uma estratégia é apresentar a proposta do curso às universidades já
102 que os alunos precisam de horas complementares. Para o presidente, essa é uma forma de
103 atrair mais pessoas. Ficando assim definido que a capacitação será realizada duas vezes ao
104 ano e os membros que entrarem esporadicamente deverá fazer o curso da ANA. A Sra. Carin
105 von Mühlen (UERJ), explicou que não concorda em usar recursos do comitê para atender as
106 demandas da ANA da qual ela vai dar recurso. A coordenadora da Câmara Técnica sugeriu
107 que uma opção é usar o dinheiro do Procomitês, ou via escritório de projetos. Arimathéa disse
108 que fazer a capacitação via IFRJ é garantir um custo muito baixo. A Sra. Vera Lúcia disse que
109 fez parte do primeiro curso de recuperação e conservação de nascentes que saiu do
110 Planejamento Estratégico do Comitê, que esse foi o mais importante curso que o Comitê já
111 ofereceu e apenas cinco pessoas participaram. Vera ainda disse que para ter mais



l12 participantes no curso, foi necessário que a associação de agricultores de Pinheiral
l13 inscrevesse os agricultores para a realização do curso. A secretária sugeriu que devido a
l14 quantidade de pessoas que participaram do primeiro, não tem motivo para o curso ser anual,
l15 mas sim bianual. Roberta explicou que de acordo com o caderno de treinamento foi prevista a
l16 realização do curso uma vez. A proposta do Comitê, entendendo a importância do curso, é que
l17 ele seja realizado uma vez por ano. Arimathéa falou que o Comitê peca em vários fatores, um
l18 deles é na questão da divulgação e frisou novamente que não concorda que as capacitações
l19 do Comitê sejam apenas para membro, pois o principal papel do Comitê é fomentar a formação
l20 ambiental. Para ele é melhor formar um agricultor que vive diariamente essa realidade do que
l21 um membro do Comitê. O Sr. Délio Guerra Filho (Cúria Diocesana), disse que tem que haver
l22 um trabalho de incentivo para os proprietários das áreas rurais, pois há um abandono nas
l23 áreas rurais muito grande e isso implica na grande falta de nascentes. Flávia disse que a maior
l24 intenção do Comitê é formar pessoas que trabalham nas áreas e não apenas os membros. A
l25 Sra. Roberta explicou que o calendário de cursos é uma das metas do Procomitês e, por isso
l26 foi montado uma minuta de calendário para execução dos cursos definidos no Caderno de
l27 Treinamentos. Roberta explicou que o Comitê juntou a capacitação do Comitês de Bacias
l28 Práticas e Procedimentos com Comitês de Bacias: Conceitos e Finalidades. Segundo Roberta, a
l29 secretária Vera sugeriu que também juntasse a esse curso, os temas Agência de Água e
l30 Gestão de Recursos Hídricos: Metodologia e participação social, o que foi aprovado. Roberta
l31 explicou que essa capacitação será realizada duas vezes ao ano, conforme definido pelos
l32 membros presentes. Em relação à carga horária dos cursos, Arimathéa disse que 16 horas de
l33 capacitação em Hidrologia Básica, pode ser muito tempo, mas para Qualidade da Água, não é.
l34 O presidente ainda completou dizendo que acha complicado juntar esses dois cursos,
l35 conforme proposto pela Sra. Vera. Os membros discutiram em relação à data de realização dos
l36 cursos e em relação à carga horária no geral, disseram que mais de 2 dias é muito pesado. A
l37 Sra. Roberta explicou que a questão do dia da realização do curso é muito complexo pois nem
l38 todos ficam de acordo, porém tem que ser combinado um dia que a maioria seja a favor. A
l39 coordenadora explicou que eles tentarão manter a carga horária de 16 horas para os cursos,
l40 porém tem alguns que não se enquadrarão nesse tempo. A Sra. Vera disse que o curso de
l41 Hidrologia Básica deveria ser passado para 2019 e passar o de Plano de Recursos Hídricos
l42 para outubro de 2018, tendo em vista a elaboração do plano do CEIVAP, que também
l43 contempla a elaboração do Plano para o CBH-MPS. Todos os membros concordaram. O
l44 calendário dos cursos foi aprovado. Seguindo o planejamento, Roberta explicou que o segundo
l45 ponto é o PRÓ-PESQUISA, que foi desenvolvido inicialmente com a intenção de realizar
l46 estudo para saber como está o andamento da execução do Plano de Saneamento Básico nos
l47 Municípios. A coordenadora explicou que a ideia é criar o Programa PRÓ-PESQUISA que está
l48 previsto para ter duas linhas de ação: uma com abertura de editais e o projeto já existente,



149 Auxílio à Pesquisa. Roberta explicou que já tem o primeiro edital dentro do Programa,
150 prevendo a contratação de instituição de ensino para levantar as informações sobre o
151 andamento do Plano Municipal de Saneamento Básico. Roberta ainda lembrou o que o
152 presidente havia dito em relação ao fato de que o INEA não está querendo autorizar o Comitê
153 utilizar o recurso de esgotamento sanitário para esta pesquisa. A coordenadora explicou que
154 hoje o que o Comitê tem disponível para o programa é em torno de R\$60 mil, que está dentro
155 de auxílio à pesquisa, e que esse valor não atenderia esta pesquisa em todos os municípios. O
156 Sr. Leonardo explicou que o Pró Pesquisa está em torno de R\$25 mil por município, estimando
157 gastos gerais dos professores e dos alunos para a pesquisa ser realizada em um ano. O
158 especialista disse que se for fazer nos 16 municípios que participaram da oficina RX do
159 Esgotamento Sanitário, o valor fica em aproximadamente R\$ 400 mil. A Sra. Vera disse que
160 tem como fazer, pois segundo a secretária, em 2019 o Comitê terá mais recurso, a proposta da
161 secretária é que ao invés de trabalhar os 16 municípios de uma só vez, que seja enviado um
162 ofício para todos eles porém os cinco primeiros que responderem serão atendidos. A Sra. Carin
163 disse que é contra usar o recurso destinado à pesquisa para fazer algo que é de função dos
164 municípios. A coordenadora disse que se esse recurso fosse para o saneamento, a mesma
165 seria a favor. O Sr. Arimathéa disse que esse investimento é para fazer pesquisa e não um
166 plano, segundo o presidente o que o Comitê quer saber é o que está acontecendo com os
167 planos municipais de saneamento básico. A Sra. Carin frisou que isso não é pesquisa, mas sim
168 gerenciamento. O presidente disse que concorda com a coordenadora que na falta de recurso
169 essa não seria uma pesquisa que o Comitê deveria priorizar. A Sra. Flávia disse que o recurso
170 de pesquisa é um serviço de interesses do Comitê nos pontos em que todos querem avançar e
171 não em que os outros querem. A vice-presidente disse que existem outras fontes de pesquisas
172 com mais recursos, e esse recurso é direcionado para que o Comitê gerencie o recurso da
173 bacia. Flavia completou dizendo que no final da Oficina de RX de Esgotamento Sanitário, foi
174 priorizado a importância de ter esse diagnóstico. O presidente explicou que o Comitê quer usar
175 o diagnóstico para mostrar às prefeituras o que elas não estão fazendo, ou que tem alguma
176 deficiência em fazer, ou o que elas precisam para fazer. A Sra. Edna Andrade de Azevedo (P.
177 M. Quatis), informou que o Ministério Público vem cobrando das prefeituras de que forma foi
178 elaborado o Plano e se realmente ele está atendendo as necessidades dos Municípios,
179 segundo ela algumas cidades tiveram problemas por conta de sua elaboração. Para ela essa
180 pesquisa é importante, porém não sabe qual o momento certo, já que o próprio MP vêm
181 questionando os Municípios sobre as adequações no Plano já elaborado. Segundo a diretora,
182 de acordo com a lei essa revisão teria que ser feita em 2019, mas como está sendo feita uma
183 adequação pela cobrança do GAT, Edna disse que não sabe como o Ministério irá se
184 manifestar. A Sra. Carin disse que entende que essa é uma necessidade dos Municípios,
185 porém não concorda que o recurso de pesquisa irá resolver esse problema. Roberta disse que



186 a ideia é fazer um levantamento do que o Município está executando e o que já executou.
187 Segundo ela a primeira coisa que o RX detectou é que não há um monitoramento do Plano O
188 presidente disse que o Comitê está fazendo um trabalho para atrair as universidades para
189 dentro do processo, quando foi desenvolvido a Oficina RX, não dava pra saber o que esperava,
190 foi proposta para as prefeituras a Oficina, e das 19 prefeituras houve a participação de 16. E a
191 partir daí foi construído um conjunto de prioridades de ações. Para Arimathéa é preciso chamar
192 as academias para colocar os professores e os alunos para atuarem junto ao Comitê,
193 construindo uma estratégia para pensar em ações de intervenção tecnológica. A Sra. Vera
194 disse que o Comitê tem uma arrecadação de R\$ 800 mil/ano, e fazer uma pesquisa que vai
195 levar a metade do que recebe, não é cabível. Porém ela não discorda do estudo. Arimathéa
196 disse que para um Comitê que arrecada R\$800 mil, esse valor é realmente muito alto, porém
197 hoje o Comitê dobrou a arrecadação e tem parado na conta um valor de aproximadamente R\$5
198 milhões. A Sra. Vera disse que esse valor poderia ser investido em aberturas de editais. A
199 secretária disse que a Oficina RX de Esgotamento foi essencial para fazer os Municípios se
200 mexerem em relação a execução do Plano, porém, segundo ela, mandar os estudantes para
201 campo, vai trazer um retorno de que nenhum Município está usando o Plano. Vera ainda disse
202 que o Comitê vai gastar em um investimento sem nenhuma ação na prática. O presidente disse
203 que através da oficina foram conseguidos dados que nunca tinham sido expostos e isso é um
204 grande avanço, mas são dados que foram divulgados por conta da pressão que o Comitê fez
205 nas prefeituras. Ana Carolina Callegário (UNIFOA), disse que dentro da instituição o que havia
206 sido entendido é que seria desenvolvido um trabalho em cima das ações, como pesquisas para
207 fazer avaliações referente à qualidade da água. O presidente explicou que há dois caminhos:
208 um é avaliar a qualidade da água e outro é a pesquisa da qualidade da água. A Sra. Edna
209 disse que durante a realização da Oficina, ficou muito claro que os Municípios tem dificuldades
210 em elaborar projetos, e sugeriu que uma linha de pesquisa seja para ajudar os Municípios na
211 execução do Plano. O Sr. Arimathéa explicou que nos quatro Comitês do rio Paraíba do Sul,
212 existem duas experiências de programa de contratação de pessoal técnico. O presidente
213 contou que uma experiência do Comitê foi a contratação do Sr. Leonardo Guedes como
214 especialista em recursos hídricos, a outra experiência é do Comitê Piabanha que entrou em um
215 programa junto com a Universidade Rural e o Comitê passa uma bolsa para a universidade que
216 paga um aluno recém formado para trabalhar por dois anos no Comitê, Arimathéa disse que
217 esse programa se chama programa de residência técnica, porém segundo o presidente, apesar
218 desse ser um programa muito bem falado, tem trazido problemas na execução do pagamento
219 de bolsas, e a AGEVAP com o Comitê Piabanha teve que remodelar esse programa para
220 acertá-lo, e nisso foi montado o PRÓ-PESQUISA. O Sr. Leonardo disse que conversou com a
221 Sra. Livia (INEA), e segundo ela em relação ao uso do recurso do saneamento, se for feito um
222 estudo base para a construção do projeto de esgotamento sanitário é mais viável para



223 conseguir a aprovação e usar o recurso de esgotamento. Segundo o especialista em Volta
224 Redonda há um equipamento Geosensor que faz o mapeamento da rede, a proposta do
225 Leonardo é alugar esse equipamento para mapear as áreas em todos os municípios. A
226 proposta do presidente é fazer uma linha de pesquisa continuando o trabalho já existente
227 auxiliando nos trabalhos de conclusão de curso e uma nova proposta trabalhando a delimitação
228 de bacias de esgotamento e o monitoramento da eficiência das estações de tratamento de
229 esgoto. Ficou definido que o Comitê seguirá essas duas novas linhas e o Leonardo vai
230 readequar o edital para estas pesquisas. Ele irá ainda verificar junto ao INEA a possibilidade de
231 utilização do recurso de esgotamento. Sra. Roberta sugeriu que os membros definam três
232 linhas para o auxílio à pesquisa para direcionar o edital e lançar após a plenária de maio. O
233 presidente explicou que as linhas de pesquisa que o Comitê tem hoje são as que foram
234 apresentadas pela coordenadora através dos slides, para Arimathéa essas são extremamente
235 genéricas, pois muitos pontos de estudos na prática não significa nada para o conhecimento
236 aplicado. Para o presidente algo que é de interesse do Comitê é o quanto o rios da região
237 contribuem no sedimento para o rio Paraíba. Arimathéa explicou que o Comitê quer direcionar
238 os temas para ter informação concreta, prática e aplicada, e não é isso que temos hoje nos
239 editais de pesquisas. A Sra. Carin sugeriu que ao invés de financiar tantos projetos, financiar a
240 metade, mas com o dobro do valor, para ter estudos mais consistentes. A coordenadora
241 informou que o Comitê está criando uma resolução que aprova o programa Pró Pesquisa, com
242 a definição das duas linhas e as definições vão para o edital. Sobre o Projeto Experimental
243 Águas do Cachimbal e sobre o projeto de nascentes, as definições podem ser conhecidas no
244 item 10 da pauta. Sobre o Atlas a coordenadora de núcleo informou que continua em
245 andamento, segundo ela, o Leonardo solicitou para que a equipe do SIGA faça as adequações
246 solicitadas pelo Comitê, de acordo com Roberta eles ainda estão finalizando algumas partes. O
247 Sr. Leonardo explicou que a equipe mandou o Atlas, porém novas alterações terão que ser
248 feitas. Roberta disse que depende também da Comunicação da AGEVAP, para fazer sua
249 formatação padrão para ser registrado na Biblioteca Nacional. Roberta ainda informou que
250 como a comunicação tem outras demandas do Comitê definidas como prioritárias neste
251 momento, é provável que o prazo seja esticado. Sobre o PSA Hídrico do CEIVAP, a
252 coordenadora explicou que este item consta no planejamento apenas para acompanhamento.
253 Roberta disse que verificou com a ANA, que é responsável pelo projeto na Sede, segundo ela,
254 todos foram prorrogados até março. Sobre o ECOB 2018 ficou definido que o Comitê enviará
255 12 representantes (6 membros da diretoria, 3 da CT e 3 da plenária). **Item 4: Aprovação do**
256 **calendário dos cursos;** O calendário foi aprovado no item anterior. **Item 5: Apresentação e**
257 **aprovação da minuta de Resolução do Programa Pró Formação MPS;** Este item não foi
258 discutido por falta de tempo. **Item 6: Apresentação e aprovação do Edital para instituições**
259 **de Ensino do Programa Pró Formação - Capacitação do CBH-MPS;** Este item não foi

 7

260 discutido por falta de tempo. **Item 7: Apresentação e aprovação da minuta de Resolução do**
261 **Programa Pró Pesquisa MPS;** Este item não foi discutido por falta de tempo. **Item 8:**
262 **Definição de 3 linhas de pesquisa para o Pró Pesquisa MPS;** O presidente informou que o
263 objetivo, é o Comitê gerar informação que dialoga com a sociedade. Sendo assim ficou definido
264 que as 3 linhas de estudos serão: a) Metodologia Alternativa para o Tratamento de Afluentes
265 (ETA e ETE); b) Índice de Metais e Hormônios na água dos rios na Região do Médio Paraíba
266 do Sul; c) Levantamento de doença de veiculação hídrica na Região do Médio Paraíba do Sul e
267 possíveis fontes de origem. Arimathéa disse que acha extremamente importante o Comitê ter
268 uma linha de atuação para ajudar financeiramente uma comunidade de pequenos agricultores,
269 para resolver os problemas dele, e criar um outro programa que financie uma ação de extensão
270 do Comitê. Isso seria feito com a associação quilombolas, com a associação dos agricultores
271 de Paty do Alferes, entre outros. **Item 9: Aprovação do Edital Pró Pesquisa PMSB;**
272 Considerando que o INEA já sinalizou que não será possível utilizar o recurso de esgotamento
273 sanitário para este levantamento, o Comitê definiu duas novas linhas de pesquisa ("Delimitação
274 de bacia de esgotamento" e "Monitoramento da eficiência das ETEs"). O Leonardo irá adequar
275 o edital para ser lançado em maio. **Item 10: Apresentação e aprovação do Projeto**
276 **Experimental "Águas do Cachimbal" em parceria com o Ministério da Agricultura;**
277 Arimathéa explicou que esse projeto havia sido apresentado na última reunião conjunta e disse
278 que é uma das ações que o Sr. Saulo está trabalhando como estagiário da área técnica. O
279 presidente contou que a convite do Ministério Público esteve com o chefe da Embrapa.
280 Arimathéa explicou que a ideia do projeto é fazer uma intervenção apoiando o agricultor que
281 diretamente interfere na área da bacia, em função das áreas de pastagens implantadas por ele
282 e que não são devidamente monitoradas. Segundo o presidente essa ação tem um alto
283 impacto no solo. Ele informou que o projeto foi baseado no Atlas, envolvendo os municípios de
284 Piraí, Pinheiral e Volta Redonda. Arimathéa explicou que foi feito uma consulta na AGEVAP em
285 relação a esse projeto, pois há uma longa briga em função ao dinheiro da transposição do rio
286 Paraíba. O presidente explicou que a água é gerada na região e transposta para o rio Guandu
287 e a arrecadação vai para o Comitê do Guandu e, segundo o presidente isso gera uma
288 desequilíbrio muito grande, pois a arrecadação do CEIVAP é de R\$12 milhões/ano, enquanto a
289 arrecadação do Comitê Guandu é três vezes maior que a arrecadação do CEIVAP. Ele
290 explicou que dessa arrecadação 15% retorna para o CEIVAP. Arimathéa explicou que durante
291 a realização do ECOB, em Friburgo, esse repasse aumentou para 20%. Segundo o presidente,
292 esses 5% deveria ser investido em projetos, porém esse dinheiro entrou para o CEIVAP e
293 ainda não foi usado. A Sra. Vera informou que esse dinheiro voltou para o Comitê do Guandu,
294 pois foi usado no projeto deles sobre a seca em 2014/15. De acordo com a secretária o
295 Guandu teve acesso ao recurso devido ao aditivo ao CG INEA nº 01/2010, no qual foi incluído
296 e recebeu autorização para receber dinheiro da transposição. A partir dessas informações o Sr.

297 José Arimathéa disse que foi criado uma estratégia de melhorar o uso do solo, recuperação de
298 nascentes, aprimoramento de saneamento rural e aplicação de tecnologia de manejo e
299 pastagem, para o aumento da eficiência e produção leiteira e de água. O presidente
300 apresentou aos presentes o documento que ainda está sendo desenvolvido e os parceiros, e
301 explicou que a ideia é buscar um recurso em torno de R\$613 mil, para realizar as ações.
302 Arimathéa explicou que ao entrar em contato com a AGEVAP, foi dito que não há nenhum
303 critério definido para o uso desse dinheiro, porém o projeto tem que ser apresentado. A Sra.
304 Vera informou que pela resolução ele é aprovado pelo grupo da comissão especial que é
305 formado por todos os Comitês. Porém de acordo com ela esse é um grupo que não conseguiu
306 se reunir, e essa proposta para ser levada para o CEIVAP teria que ser aprovada por esse
307 grupo. Arimathéa disse que a bacia escolhida para receber o projeto piloto está na maior parte
308 em Piraí, e mesmo não sendo contribuinte, o presidente falou que a escolha foi estratégica,
309 pois o município faz parte do Comitê do Guandu. A Sra. Flávia disse acreditar que esse é um
310 trabalho do IFRJ com o Ministério da Agricultura e não do Comitê. Arimathéa disse que esse é
311 um projeto importante e por isso está falando sobre ele pela segunda vez, o presidente
312 informou que também faz parte do projeto pelo Instituto, porém ele foi convidado pelo Ministério
313 enquanto Comitê no dia da apresentação do Prêmio CREA-RJ, no Rio de Janeiro. A Sra. Vera
314 disse que participou de uma primeira reunião em Pinheiral, no qual também esteve presente o
315 Sr. Leonardo e o Sr. Arimathéa e disse que a pessoa que representava o Ministério de
316 Agricultura explicou que a ideia geral é trabalhar a educação dos agricultores em relação às
317 cercas, um melhor confinamento do gado com o uso do solo e o aumento de produção de leite.
318 A secretária disse que durante a reunião ela solicitou para o representante, que o mesmo
319 escrevesse um projeto para saber de que forma o Comitê poderia ser parceiro. Vera disse que
320 apesar de não ter lido o projeto, mas pela proposta na qual escutou, que o trabalho está
321 bastante voltado para a produção do leite, e de acordo com ela, será difícil conseguir recurso
322 para isso. A Sra. Flávia disse temer que esse seja visto como um projeto do Comitê, pois não
323 houve divulgação/publicação. Segundo a vice-presidente outra preocupação é que o Comitê
324 seja julgado como se estivesse favorecendo essa bacia, pois outras áreas poderiam ter
325 interesse. O presidente explicou que sempre se mostrou incomodado pelo projeto ser na Bacia
326 do Cachimbal, pois essa bacia é de Pinheiral, e por fazer parte do município, pensarem que
327 está sendo favorecido. O presidente completou dizendo que durante a sua atuação como
328 prefeito, presenciou a falta de água na Bacia do Cachimbal. Arimathéa disse que nesse
329 período ele teve que pagar um caminhão pipa para abastecer propriedades e para a
330 sobrevivência dos animais. O presidente informou que por ser professor do IFRJ, o fato de ser
331 no município torna muito mais fácil, pois teria como base o apoio técnico da Instituição, o que
332 facilitaria mais do que montar o projeto em uma bacia experimental em outro lugar. A Sra. Carin
333 disse que esse projeto é fundamental para ação do Comitê se for recuperar uma nascentes na



334 região, que é um dos principais foco. A coordenadora completou dizendo que se for possível
335 fazer um processo pra definir uma região sem perder sua força. O presidente explicou que isso
336 é possível, porem para chegar a esse ponto algumas coisas tem que ficar claras, como por
337 exemplo, se o Comitê quer fazer uma ação dessas. A Sra. Vera falou que pelas reuniões na
338 qual participou, se colocou contra ao projeto, porém a secretária solicitou fazer a leitura na
339 íntegra antes de aprová-lo, pois o Comitê está com pouco recurso e, segundo a secretária, há
340 outras prioridades. O presidente explicou que houve uma conversa com as prefeituras de Pirai
341 e de Pinheiral e o projeto foi feito em cima do desenho que existe dessa ocupação de
342 pastagem e em cima dos trabalhos da Embrapa, para saber o que tem afetado o produtor rural,
343 não o permitindo chegar nessas tecnologias disponíveis hoje. Arimathéa disse que esse não é
344 um trabalho de pesquisa, pois essa tecnologia já está consolidada, a questão é trabalhar o
345 produtor para ele ter acesso e implantar essa tecnologia. A Sra. Roberta perguntou o que seria
346 definido então sobre o edital de recuperação de nascentes que estaria previsto para ser
347 agregado nesta área de recuperação. O Sr. Leonardo explicou que inicialmente ele estava
348 pensado em ser aberto para todos os municípios e focar a mesma linha em uma região só para
349 uma maior efetividade de recuperação de nascentes em uma micro bacia especifica. Arimathéa
350 disse que pode ser feito um edital dentro das 42 micro bacias apresentadas no Atlas. As
351 prefeituras dessas regiões se apresentam para poder concorrer a ação. A Sra. Flávia disse que
352 a dificuldade é escolher um entre os outros, tem que haver critérios baseando na apresentação
353 das prefeituras. O presidente explicou que a ideia de apresentação é que seja feita por micro
354 bacias. Se a microbacia contemplar mais de um município, todos os municípios envolvidos
355 deverão manifestar interesse no projeto. Ficou definido que o projeto Experimental "Águas do
356 Cachimbal" ficará suspenso até avaliação pela Diretoria. A minuta do projeto deverá ser
357 encaminhada aos membros até o dia 09/02/2018. Quanto ao edital de recuperação de
358 nascentes, ficou definido que será aberto um edital na plenária de maio para seleção das
359 prefeituras interessadas, focando nas microbacias do Atlas. Após isso, em setembro, será
360 lançado o edital para seleção dos produtores rurais para a microbacia hierarquizada pelo
361 Comitê. **Item 11: Aprovação do Regulamento do III Concurso de Projetos de Boas**
362 **Práticas Ambientais;** Roberta explicou que a ideia é lançar o terceiro edital sobre o concurso
363 de Boas Práticas Ambientais, e questionou se os membros iriam querer manter o mesmo
364 regulamento, e pediu que fosse decidido qual seria a premiação. O Sr. Arimathéa solicitou que
365 seja alterado no regulamento na parte dos habilitados. Pois todos participantes ganham
366 certificado, e esse é um concurso e não um projeto. Para o participante ganhar o certificado,
367 ele terá que atingir 60 pontos no mínimo. Todos concordaram. Em relação à premiação ficou
368 definido que o evento será no dia 11 de setembro e o ganhador da categoria pessoa jurídica
369 receberá um notebook e o vencedor pessoa física ganhará duas diárias de fim de semana em
370 hotel ou pousada com café da manhã e direito a um acompanhante em Conservatória-RJ. A



371 Sra. Flávia sugeriu que não seja divulgado o resultado da hierarquização, mas apenas os
372 finalistas. Só serão conhecidos os vencedores no dia da premiação. Todos os finalistas
373 deverão comparecer. A UD1 elaborará uma apresentação resumo de todos os projetos com
374 fotos (casou haja) e logo após chamará os que receberão os certificados e serão premiados. A
375 ideia foi aprovada por todos. Com isso deverá ser inserido no edital o envio de resumo e fotos
376 do projeto. **Item 12: Criação do GT para elaboração do diagnóstico das necessidades de**
377 **Comunicação do Comitê;** Passando para o próximo item, o Plano de Comunicação Social do
378 Comitê, Roberta contou que foi realizada uma oficina de comunicação com a Diretoria, CT e a
379 comunicação da AGEVAP, onde foram levantados alguns pontos para a criação de um plano
380 de comunicação. Segundo a coordenadora, a equipe de Comunicação já está elaborando um
381 esboço, porém ainda não conseguiram enviar. Ela contou que o que ficou definido na oficina é
382 que será criado um grupo de trabalho para definir as necessidades de comunicação do Comitê.
383 Roberta disse que já tem uma minuta de resolução criando esse grupo, para decidir o que vai
384 ser feito nessa área. Não houve tempo para leitura da minuta da referida Resolução. **Item 13:**
385 **Oficina de cobrança;** O Comitê solicitou em 2017 que seja realizada uma Oficina para
386 proposição de nova metodologia de cobrança e definição de reajuste anual de PPU. Portanto
387 este item de pauta é para definir possíveis datas para a realização da oficina para que a UD1
388 possa agendar com o INEA. Foram propostas duas datas: 24/04/2018 ou 07/05/2018. **Item 14:**
389 **Apresentação e aprovação do projeto/campanha de prevenção queimadas (Aprovação**
390 **do Edital de Chamamento);** O Sr. Leonardo explicou que a ideia é fazer uma ação de
391 conscientização nos municípios colocando placas nas rodovias – que são locais com maiores
392 índices de queimadas. A proposta é fazer um edital para as cidades que quiserem participar
393 manifestarem interesse em aderir à campanha. O Comitê doará duas placas por município, e o
394 custo para a aquisição de 40 placas está em torno de R\$ 29 mil. O presidente explicou que a
395 placa tem que ter uma mensagem de conscientização padrão e um alerta de contato com a
396 Defesa Civil para caso de incêndio. O presidente disse que uma boa alternativa é marcar uma
397 reunião com o comandante do corpo de bombeiros para saber em caso de incêndio a quem
398 recorrer. Roberta sugeriu que fosse agendado uma reunião também com a Defesa civil para
399 verificar se eles possuem algum modelo de placa. A coordenadora disse que outra coisa
400 prevista no projeto de queimadas, é veicular um vídeo campanha educativa na TV. Informou
401 que uma representante da TV Rio Sul foi até o Comitê apresentar os preços e o Comitê ficou
402 de dar a resposta, pois aguardava a resposta do jurídico da AGEVAP como funciona a questão
403 veiculação na TV, pois de acordo com Roberta, órgão público não pode se promover em
404 propaganda. Segundo ela, o parecer da assessoria jurídica disse que não há problema fazer a
405 campanha, porém a legislação de publicidade e propaganda define que o Comitê tem que fazer
406 através de uma agencia de publicidade, através de uma licitação. Para abrir uma licitação, de
407 acordo com a lei, é preciso ter três profissionais de comunicação para analisar o ato



convocatório. O Sra. Edna sugeriu que uma opção para simplificar seria conseguir com alguma prefeitura que tenha uma agencia contratada para ajudar na elaboraçao da campanha. A Sra. Roberta explicou que a proposta é para que essa campanha seja realizada no período de seca a campanha já tem que estar no ar. Ficou definido que devido ao prazo e procedimento para a veiculação do vídeo, essa parte d a campanha vai ficar para discussão do GT de comunicação estudar e definir uma possível forma de viabilização para o próximo ano. **Item 15: Apresentação da minuta de Resolução que aprova o Relatório do RX do Esgotamento Sanitário;** Desdobramento RX de Esgotamento: Roberta informou que o Leonardo enviou para todos os membros da Diretoria, da Câmara Técnica e dos municípios o relatório do RX para ter as considerações. Segundo a coordenadora, apenas a Sra. Isabela Iacillo Soares (SAAE-BM), enviou considerações. Roberta informou que como nenhum outro membro deu um retorno, foi considerado que não há mais nenhuma consideração e o relatório será aprovado através da minuta de resolução. **Item 16: Aprovação da minuta de Resolução de criação do GT de Educação Ambiental;** A coordenadora explicou que esse item ficou como uma demanda da última reunião plenária: criar um grupo de trabalho de Educação Ambiental e, de acordo com ela, durante a última plenária algumas pessoas se candidataram. Roberta disse que elaborou a minuta de resolução que cria o GT e informou os nomes dos membros que se manifestaram que são: Daniela Vidal Vasconcelos (P.M. Volta Redonda); Markus Budzynk (ADEFIMPA – RJ); Mario Porto dos Santos (APEDEMA - RJ); Claudia Villela (OAB – Barra do Piraí); Pedro (PM Paty do Alferes); Ana Maria (Rio das Flores). O Sr. Arimathéa explicou que teve uma demanda apresentada durante a última reunião plenária onde foi pedido a reativação do grupo, por conta da Rede de Educação Ambiental. A Sra. Roberta informou que a Câmara Técnica já havia solicitado informações sobre o tema, que fez a equipe da UD1 enviar carta para todos os municípios para saber o que cada um estava fazendo em educação ambiental, porém não houve retorno. O presidente disse que a ideia é fazer contato com os municípios para saber o que eles estão fazendo. A Sra. Vera questionou qual o papel do GT, tendo em vista que o Comitê já possui um projeto, que submeteu ao CEIVAP em seu edital. A Sra. Flávia explicou que uma coisa é projeto e o outro é o grupo. Disse que o grupo apenas fará o diagnóstico de educação ambiental. A Sra. Vera questionou se o projeto que foi aplicado no CEIVAP não for aprovado o Comitê vai custear. Segundo a secretária se o Comitê for custear, não há motivos para discutir um novo projeto se já existe um pronto. O Sr. Arimathéa explicou que não tem como investir em algo que não é conhecido. De acordo com o presidente não foi aberto nenhum edital para financiamento de nenhum projeto de educação ambiental. O presidente ainda frisou que a ideia do Comitê é desenvolver a educação ambiental e através desse grupo estamos fazendo uma ação completa, para que o Comitê possa conhecer as experiências de educação ambiental na nossa região. Ficou definido que nove pessoas vão participar do grupo de Educação Ambiental, que será consolidado na plenária. **Item 17: Definição de data para o**



145 **Boletim Digital;** A coordenadora explicou que nesse ano está previsto no contrato de gestão
146 que será elaborado um boletim informativo digital e uma revista impressa para os quatro
147 Comitês do contrato. Roberta explicou que a proposta da comunicação é fazer o boletim digital
148 no primeiro semestre e a revista para o segundo para articular os Comitês nas pautas. Os
149 membros decidiram que o boletim informativo deverá sair no final de junho. **Item 18: Pré**
150 **Fórum: como vai funcionar;** A Sra. Roberta explicou que o Pré Fórum é uma ideia que surgiu
151 na última reunião conjunta realizada em dezembro de 2017. A ideia é que o Comitê convidasse
152 os interessados para discutir o tema água, para que o Comitê pudesse levar ao 8º Fórum
153 Mundial da Água os anseios da sociedade em nossa Região. Esse Pré Fórum seria realizado
154 durante a plenária de fevereiro. Porém, a coordenadora disse que a pauta da plenária está
155 extensa. O presidente sugeriu que o pré fórum seja realizado em um momento separado da
156 plenária. Arimathéa disse que seria interessante uma divulgação para atrair a comissão
157 ambiental em um espaço aberto, desde que seja em um momento separado da reunião. A
158 coordenadora falou sobre não ter tempo suficiente para organizar um Pré Fórum sem ser em
159 data de plenária, considerando que haverá feriado e o Comitê está com uma programação
160 intensa em comemoração aos seus 10 anos de atuação. Portanto ela elaborou uma minuta de
161 carta convidando as instituições para participarem apresentando suas considerações para que
162 o Comitê leve para o Fórum Mundial da Água. Devido à falta de tempo, este item não foi
163 esgotado em sua definição. **Item 19: Debate sobre a comemoração de 10 anos do CBH-**
164 **MPS;** O item não foi discutido devido à falta de tempo. **Item 20: III Simpósio Água Boa -**
165 **definir programação;** O item não foi discutido devido à falta de tempo. **Item 21: Definição da**
166 **pauta da reunião plenária;** O item não foi discutido devido à falta de tempo. **Item 22:**
167 **Aprovação da destinação do recurso para montagem do auditório;** O item não foi discutido
168 devido à falta de tempo. **23: Assuntos Gerais:** Sobre o impulsionamento no Facebook, a Sra.
169 Roberta informou que por não ter contrato a forma de pagamento não é aceita pela auditoria.
170 **Item 24: Encerramento:** Não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada pelo
171 Presidente do CBH-MPS, tendo a presente ata sido lavrada por mim Felipe Rodrigues,
172 Estagiário de Comunicação - AGEVAP UD1 e, depois de aprovada, foi assinada pela
173 Presidente do CBH-MPS Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ).

174
175
176 Volta Redonda, 29 de janeiro de 2018.

177
178
179 
180 José Arimathéa Oliveira
181 Presidente

182

183 **Encaminhamentos:** 1. Alteração do edital do Pró Pesquisa para aprovação na plenária; 2.
184 Entrar em contato com INEA para verificar autorização para utilizar recurso de esgotamento
185 nas novas linhas do PROPESQUISA; 3. Fechar com INEA Oficina da cobrança para dia 24 de
186 abril ou 07 de maio; 4. A Sra. Vera solicitou que seja elaborado uma apresentação do Comitê
187 padrão para ser apresentado no dia do Fórum Mundial da Água; 5. Inserir como pauta da
188 reunião da CT a definição do conteúdo programático dos cursos; 6. Encaminhar o projeto
189 experimental águas do Cachimbal para todos; 7. Alterar a Resolução do Propesquisa, ela vai
190 revogar a Resolução nº 38 para que as definições fiquem no edital.

191

192 **Lista de Presença:**

193

194 **Membros representantes do Poder Público:** Daniela Vidal Vasconcelos (P. M. Volta
195 Redonda), Edna Andrade de Azevedo (P. M. Quatis), Raimundo de Sá e Souza (P. M.
196 Pinheiral), Willian Bernardo C. de Souza (P.M. Paty do Alferes).

197 **Membros representantes dos Usuários:** Flávia A. C. Pires (Indústrias Nucleares do Brasil-
198 INB), Isabela Iacillo Soares (SAAE-BM).

199 **Membros representantes da Sociedade Civil:** Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale. A Nossa
500 Vida), José Arimathéa Oliveira (IFRJ), Carin Von Mühlen (UERJ), Délio Guerra Filho (Cúria
501 Diocesana), Ana Carolina Callegário (UNIFOA)

502 **Membro da CT convidado:** Marley Moreira Landim (P. M. Barra Mansa);

503 **Ausência Justificada:** Guilherme Silva Guedes (P. M. Rio das Flores); Antônio Carlos Simões
504 (CSN).

505

